



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0024821-05.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos Bancários**
 Requerente: **Banco do Brasil Sa**
 Requerido: **Editora União Ltda e outros**
 Juiz de Direito: Dr. **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 06 de novembro de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, **Dr. MILTON COUTINHO GORDO**.

Eu, escrevente, subscrevi.

Nº de Ordem: 2600/12

VISTOS

BANCO DO BRASIL S.A ajuizou Ação **DE COBRANÇA** em face de **EDITORA UNIÃO LTDA, DONIZETI APARECIDO DA SILVA, SÔNIA GONÇALVES DA SILVA, GLÁUCIA VIVIANE GARBUIO DE ALMEIDA, RODRIGO DE ALMEIDA** todos devidamente qualificados.

Alega o Autor, em síntese, ter firmado contrato para desconto de cheques com a primeira ré, em 18 de fevereiro de 2003, com limite de crédito de R\$30.000,00, sendo os demais corréus fiadores do negócio entabulado. Ocorre que o contrato não foi cumprido, vários cheques acabaram por ser devolvidos e os réus não pagaram os valores contratados. Alega que após diversas tentativas de acordo, não obteve êxito. Assim, o valor atualizado do débito na data do ajuizamento da ação em 05/12/2012 chegou a R\$ 211.565,82.

Juntou documentos a fls.07/127.

0024821-05.2012.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Devidamente citados, os corréus se manifestaram a fls. 135/144, sustentando que, por várias vezes, tentaram acordo com o requerente, porém, não obtiveram êxito; que as taxas cobradas pela instituição são abusivas; impugnaram os valores apresentados pelo requerente e requereram perícia contábil.

Pelo despacho de fls.170 as partes foram instadas a produzir provas. O requerente se manifestou as fls. 171, alegando não ter provas a produzir, já os requeridos pleitearam perícia técnica.

Pelo despacho de fls.173, foi designada perícia contábil, encartada às fls. 187/203.

Pelo despacho de fls. 218, foi declarada encerrada a instrução, não houve entrega dos memoriais.

É o relatório.

DECIDO.

Embora não neguem a dívida, pretendem os réus ver calculado seu débito de acordo com aquilo que entendem legítimo e adequado a parâmetros estabelecidos, ficando desobrigados de pagar o montante nos moldes pretendidos pelo requerente.

Todavia, razão não lhes assiste.

É objeto de análise o “Contrato de Descontos de Cheques” de fls. 09/14.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Conforme concluiu o Expert do Juízo a fls. 202, o Banco-autor **respeitou as disposições pactuadas** no referido “contrato de desconto de cheques” (instrumento de fls. 09/14) e **não houve a cobrança cumulada de comissão de permanência com multa e outros encargos**.

A documentação exibida a fls. 27/117 indica que os cheques “descontados” apresentaram vários problemas: foram devolvidos por falta de fundos, por sustação e, também, por erros formais.

Sobre os valores dos referidos cheques, e **escudado no contrato**, o Banco aplicou a comissão de permanência sem qualquer cumulação com multa e outros encargos.

Cabe por fim ressaltar que, os requeridos, após a apresentação do laudo judicial, não mais se manifestaram.

Assim, o pleito contido na portal, deve ser acolhido.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL**, para o fim de **condenar** os requeridos, **EDITORA UNIÃO LTDA., DONIZETI APARECIDO DA SILVA, SONIA GONÇALVES DA SILVA, GLÁUCIA VIVIANE GARBUIO DE ALMEIDA e RODRIGO DE ALMEIDA**, solidariamente, a pagarem ao autor, **BANCO DO BRASIL S/A**, o valor especificado na portal, ou seja, **R\$ 211.565,82**, com correção monetária a contar do ajuizamento, acrescido de juros de mora à taxa legal a contar da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Sucumbentes, arcarão os requeridos com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do banco, que fixo, em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado desta decisão, independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P. R. I.

São Carlos, 14 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**